



Região Autónoma da Madeira
Comunidade Regional

Secretaria Regional de Educação

IntervIRE

BOLETIM INFORMATIVO

INSPEÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO

RAM

ISSN: 2184-397X

1.º semestre

13

2022

Edição n.º 13

Índice

Editorial

A voz do diretor - educação para a cidadania e implicação para a vida escolar

A voz da Europa - cidadania pelas lentes do centro de informação europeia Jacques Delors

Brevemente

Sugestões de leitura

Editorial



Jorge Morgado

Inspeção Regional de Educação

Neste nº de Boletim Informativo IntervIRE iremos debruçar-nos sobre a Educação para a Cidadania.

No âmbito da Estratégia Nacional e Regional da Educação para a Cidadania as escolas têm a possibilidade de participar na gestão e desenvolvimento curricular aprovando a sua estratégia de educação para a cidadania no quadro do seu projeto educativo e com a participação da comunidade educativa.

É nesta centralidade que é a escola, que se desenvolvem as diversas

questões subjacentes à educação para a cidadania, na valorização da dimensão humana, sendo também uma oportunidade para a promoção da valorização da cultura regional, e nessa dimensão, dos valores autonómicos de uma Região.

Neste IntervIRE especial relevo para um olhar do Diretor da EB1/PE e Creche da Ladeira e Lamaceiros “Educação para a Cidadania e Implicação na Vida Escolar” bem como um artigo sobre a “Cidadania... pelas lentes do Centro de Informação Europeia Jacques Delors”.



Educação para a Cidadania e Implicação na Vida Escolar



Carlos Loureiro

Abordar o conceito de educação para a cidadania implica falar em cidadania, direitos humanos, participação social e na comunidade. Estes conceitos estão estreitamente ligados entre si, na medida em que a cidadania pressupõe a prática dos direitos e deveres e uma participação consciente e responsável dos indivíduos nos desígnios da comunidade/sociedade.

A educação para a cidadania visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelas outras, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, tendo como referência os valores dos direitos humanos.

Cidadania, como se constrói?

Os indivíduos tornam-se cidadãos quando agem em benefício de todos, com respeito e com o objetivo de alcançar o pleno desenvolvimento da sua sociedade. À medida que os indivíduos crescem e se vão apercebendo do que os rodeia, a sua interação com o outro vai crescendo também, tornando-se ne-

cessário uma negociação que permita a tomada de decisões e a elaboração de planos para o cumprimento de regras e normas, levando os sujeitos a descobrirem que estas condições não são motivadas pelo respeito unilateral, mas sim, pelo respeito mútuo, pela solidariedade e pela vontade de coordenar diversas atividades para benefício comum (Fonseca, 2001). Assim se constrói a cidadania.

É na família que a criança tem um primeiro contacto com as questões da identidade, das relações interpessoais, dos valores, apercebe-se das noções de bem e de mal, de justiça, de solidariedade, de tolerância, etc., mas existem constrangimentos que condicionam a transmissão de conceitos e valores associados à cidadania em contexto familiar. Desde logo, se as ações praticadas pelos familiares forem contrárias às mensagens que transmitem verbalmente, a criança irá valorizar a atitude e não a mensagem. Por outro lado, verifica-se um enfraquecimento da capacidade socializadora da família, que depende cada vez mais de outras instâncias - escola, media, TV/ internet, espaços lúdicos-infantis, entre outros - para socializar as crianças nas práticas de cidadania (Barbosa, 2006).

A cidadania implica a aquisição de conhecimentos e de valores alinhados com os princípios democráticos, com os direitos humanos e com o desenvolvimento de ações na comunidade, uma vez que ela se constrói através da interação social. Deste modo, a educação para a cidadania possui uma dupla dimensão. Por um lado, uma vertente socializadora que visa essencialmente proporcionar às crianças e jovens

ideias sobre as regras, valores e saberes da(s) comunidade(s), ajudando-os a tornarem-se membros dela(s) e, por outro lado, uma vertente que tem como objetivo habilitá-los para construir e assumirem compromissos sociais, compreendendo que a sua voz e a sua ação podem ter influência no que acontece consigo e com os outros à sua volta, contribuindo para uma mudança para melhor (Figueiredo, 2002).

Cidadania e Desenvolvimento

A Educação para a Cidadania é um tema obrigatório do atual debate em educação e da sociedade em geral. Por ser uma temática incontornável e tão requerida nos mais vastos círculos sociais, caímos também no risco de dela esperar tudo, como se pudesse responder a tantos e tão complexos fenómenos do atual mundo local e global. É importante conferir-lhe um reconhecimento e um papel credível e justo no quadro do sistema educativo e no desenvolvimento de competências pelos alunos.

Com base nos diversos documentos internacionais e nacionais de referência, Portugal tem assumido um conjunto de compromissos associados a documentos-chave que proporcionam um enquadramento relevante, e uma maior compreensão das perspetivas contemporâneas da Educação para a Cidadania e do Desenvolvimento Sustentável. A identificação das competências sociais e cívicas, capacidade de participar de forma eficaz e construtiva na vida social e laboral, e de empenhar-se numa participação cívica ativa e democrática, pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho Europeu, enquanto compe-



tências essenciais na aprendizagem ao longo da vida, e a prioridade atribuída à educação escolar na promoção de igualdade, coesão social e cidadania ativa, têm trazido nova sustentabilidade para a elaboração desta proposta.

A Lei de Bases do Sistema Educativo (1986) fundamenta, nos seus princípios gerais, a importância do sistema educativo português na formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos, solidários, que respeitam a outras pessoas e as suas ideias, capazes de intervir democraticamente na sociedade e de se empenharem na sua transformação progressiva. Mais recentemente, o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (2017) identifica oito princípios orientadores, dos quais a Base Humanista, a Inclusão e a Sustentabilidade apontam para valores de Cidadania e Participação, bem como, para o desenvolvimento das dez áreas de competências, nomeadamente, as relacionadas com o Pensamento Crítico e Pensamento Criativo, o Relacionamento Interpessoal e o Desenvolvimento Pessoal e Autonomia.

Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)

A Educação para a Cidadania é uma área de atividade com interesse crescente no campo de decisão política,

educativo e da comunidade científica. Observemos os principais elementos apresentados na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (2017):

- A Educação de qualidade é um direito humano fundamental e um investimento para o futuro. Aprender a tomar decisões informadas é aprender a exercer uma cidadania democrática.

- A imprevisibilidade característica do mundo atual coloca desafios novos à educação. O conhecimento científico e tecnológico desenvolve-se a um ritmo de tal forma intenso que somos confrontados/as diariamente com um crescimento exponencial de informação a uma escala global. Ao mesmo tempo que se assiste a uma melhoria dos indicadores sociais básicos, a globalização e o progresso tecnológico também contribuíram para o aumento das desigualdades no acesso aos direitos fundamentais.

- Hoje vivemos num mundo com problemas globais como as alterações climáticas, os extremismos, as desigualdades no acesso aos bens e direitos fundamentais e as crises humanitárias, entre outros, em que a solução passa por trabalharmos em conjunto, unindo esforços para encontrar soluções para os desafios que ameaçam a humanidade.

- O futuro do planeta, em termos sociais e ambientais, depende da formação de cidadãos/ãos com competências e valores não apenas para compreender o mundo que os rodeia, mas também para procurar soluções que contribuam para nos colocar na rota de um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

A ENEC recomenda o reforço da implementação da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento em todos os níveis de educação e ensino (desde a Educação Pré-Escolar até ao final da escolaridade obrigatória) respeitando os princípios, os valores e as áreas de competências enunciados anteriormente, e com principal destaque, no perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória. A inclusão desta área no currículo justifica-se pelo reconhecimento de que compete à escola proporcionar às crianças e jovens processos educativos que promovam a participação plural e responsável de todos na construção de si como cidadãos e de sociedades mais justas e inclusivas, no quadro da democracia, da diversidade e da defesa dos direitos humanos.

A proposta referente à ENEC baseou-se na auscultação alargada dos principais intervenientes na promoção da Educação para a Cidadania em meio escolar, com destaque para estudantes, docentes e representantes de entidades

da sociedade civil (associações e organizações não governamentais), como forma de responder às necessidades e aprofundar princípios e práticas de trabalho com as escolas. Desta austerização surgem alguns pressupostos e pontos de partida da Cidadania e Desenvolvimento:

- A escola dever estar atenta aos problemas da sociedade, preparando as novas gerações para uma convivência plural e democrática.

- O respeito pela autonomia das escolas na definição de prioridades e finalidades a incluir no seu Projeto Educativo, tendo em conta a diversidade de contextos socioeconómicos e geográficos.

- A valorização das especificidades e realidades locais em detrimento de abordagens de temáticas abstratas e descontextualizadas da vida real – importância do diagnóstico local.

- A constatação de que a Cidadania não se aprende simplesmente por processos retóricos, por ensino transmissivo, mas por processos vivenciais.

- A Cidadania deve estar embutida na própria cultura de escola – assente numa lógica de participação e de corresponsabilização.

- A valorização da Cidadania e do Desenvolvimento Sustentável no currículo ao longo da escolaridade obrigatória.

Cidadania e Desenvolvimento Formas de Operacionalização

Em consonância com a ENEC, o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, consagra a implementação da com-

ponente do currículo de Cidadania e Desenvolvimento, enquanto área de trabalho presente nas matrizes de todas as ofertas educativas e formativas, com vista ao exercício da cidadania ativa, de participação democrática, em contextos interculturais de partilha e colaboração e de confronto de ideias sobre matérias da atualidade. A componente de Cidadania e Desenvolvimento é desenvolvida nos seguintes termos:

- Cabe a cada escola aprovar a sua estratégia de educação para a cidadania, definindo os domínios, os temas e as aprendizagens a desenvolver em cada ciclo e ano de escolaridade, o modo de organização do trabalho, os projetos a desenvolver pelos alunos, as parcerias a estabelecer com entidades da comunidade, a avaliação das aprendizagens, a avaliação da estratégia de escola;

- Componente de currículo de integração curricular transversal no 1.º ciclo do ensino básico, potenciada pela dimensão globalizante do ensino neste ciclo;

- Componente de currículo como disciplina autónoma no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, podendo ser adotadas várias opções de organização;

- Nos cursos de educação e formação de jovens de nível básico e no ensino secundário, a componente do currículo desenvolve-se com o contributo de todas as disciplinas e componentes de formação.

Implementação da Cidadania e Desenvolvimento numa abordagem de Whole-school Approach

Considerando que a Educação para a Cidadania é uma missão de toda a

escola, propõe-se que a implementação da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento siga uma abordagem de Whole-school Approach com base nos seguintes objetivos:

- Decorre de práticas sustentadas no tempo e não de meras intervenções pontuais.

- Está integrada no currículo, nas atividades letivas e não-letivas, nas práticas diárias da vida escolar e sua articulação com a comunidade.

- Assenta em práticas educativas que promovem a inclusão.

- Apoia-se no desenvolvimento profissional contínuo dos e das docentes.

- Envolve alunos e alunas em metodologias ativas e oferece oportunidades de desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

- Está integrada nas políticas e práticas da escola democrática envolvendo toda a comunidade escolar.

- Promove o bem-estar e a saúde individual e coletiva.

- Envolve o trabalho em parceria com as famílias e as comunidades.

- Está alinhada com as especificidades de alunos/as e as prioridades da comunidade educativa.

- Apoia-se na monitorização e avaliação de forma a garantir efetividade e participação.

O lugar da Cidadania e Desenvolvimento na educação das crianças e jovens tem de se estender para além da sala

de aula e ocupar um lugar central na vida da escola e da comunidade envolvente. Esta visão implica uma abordagem a toda a escola – a Whole School Approach, que vem sendo progressivamente preconizada, nomeadamente, pelo Conselho da Europa, como os 3 C da Educação para a Cidadania Democrática e para os Direitos Humanos: Currículo; Cultura; Comunidade.

A Whole School Approach, aqui transportada para a Cidadania e Desenvolvimento, assenta na criação de redes entre as políticas e práticas da cultura organizacional escolar, as oportunidades promovidas na sala de aula e pelo currículo e as parcerias criadas com entidades da comunidade educativa. É uma abordagem que apela ao trabalho colaborativo, ao envolvimento de todas as partes interessadas (stakeholders): pessoal docente e não docente, estudantes, pais e encarregados de educação, agentes da comunidade, entre outros. Esta colaboração permite definir objetivos conjuntos e implementar projetos com benefícios mútuos.

Aprendizagens esperadas

Tal como proposto na ENEC, a Cidadania e Desenvolvimento assume-se como o espaço curricular privilegiado para o aprofundamento de aprendizagens em torno dos três eixos recomendados pelo Documento do Fórum Educação para a Cidadania (2008):

- Atitude cívica individual (identidade cidadã, autonomia individual, direitos humanos);

- Relacionamento interpessoal (comu-

nicação, diálogo);

- Relacionamento social e intercultural (democracia, desenvolvimento humano sustentável, globalização e interdependência, paz e gestão de conflitos).

Todos os domínios a trabalhar na Cidadania e Desenvolvimento devem ser vistos como intercomunicantes, tendo na base uma visão holística da pessoa.

A abordagem a estes domínios deverá privilegiar o contributo de cada um deles para o desenvolvimento dos princípios, dos valores e das áreas de competências do perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, tal como inscrito no esquema conceitual abaixo apresentado.



Esquema conceitual do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

Os diferentes domínios da Educação para a Cidadania estão organizados em três grupos com implicações diferenciadas: o primeiro, obrigatório para todos os níveis e ciclos de escolaridade (porque se trata de áreas transversais e longitudinais), o segundo, pelo menos em dois ciclos do ensino básico e o terceiro com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade.

Cidadania e Desenvolvimento		
1º Grupo	2º Grupo	3º Grupo
Direitos Humanos	Sexualidade	Empreendedorismo
Igualdade de Género	Media	Mundo do Trabalho
Interculturalidade	Instituições e participação democrática	Risco
Desenvolvimento Sustentável	Literacia financeira e educação para o consumo	Segurança, Defesa e Paz
Educação Ambiental	Segurança rodoviária	Bem-estar animal
Saúde		Voluntariado
		Outras, de acordo com as necessidades diagnosticadas pela escola

Considerações finais

Neste artigo foram apresentadas as ideias consideradas chave da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (2017) e as implicações práticas no trabalho das escolas e na organização de atividades pedagógicas e didáticas, associando-as a desafios do quotidiano da vida dos alunos ou da comunidade em que a escola se insere. Impulsionada por este enquadramento, a escola confronta-se com múltiplas questões cuja resposta deve traduzir a visão preconizada no perfil dos alunos:

- O que significa ser cidadão e cidadã no século XXI?
- Que conhecimentos, competências e atitudes devem os estudantes desenvolver para se tornarem cidadãos ativos, informados e responsáveis, dispostos e aptos para assumirem as suas responsabilidades individuais e das respetivas comunidades?
- Que domínios de Educação para a Cidadania devem ser trabalhados em sala de aula e vivenciados através de atividades promovidas na escola e na comunidade?
- Como organizar o trabalho na componente do currículo de Cidadania e Desenvolvimento?
- A escola enquanto organização reflete acerca das suas práticas e da sua cultura no domínio do respeito pelos valores do exercício da cidadania plena, da participação democrática, da liberdade e do respeito pelos direitos humanos?

A cidadania vive-se no quotidiano, com as experiências diárias, no diálogo com o outro, na construção individual e partilhada no seio da comunidade onde nos inserimos. A educação para a cidadania deverá ser um assunto de responsabilidade partilhada, entre a família, sociedade e escola.

Desta forma, a vivência da cidadania torna-se mais fácil quando na própria escola se respira cidadania, quando existe um ambiente de cooperação entre todos, respeito pelas ideias e trabalho do outro, apesar das diferenças e discordâncias.

Em suma, a base reside na educação para a cidadania pela cidadania e para que tal se torne tarefa facilitada, a “escola tem de assumir-se como lugar de cidadania participativa, de respeito pela diferença, de tomada de decisões, onde se exerce a cidadania hoje e não um local onde se prepara para uma cidadania futura” (CNE, 2007).

Referências Bibliográficas

Barbosa, M. (2001). Educar para a cidadania em ambiente escolar: Recontextualização e redefinição da missão do professor. In M. Barbosa (Ed.). Educação do cidadão. Recontextualização e redefinição. Braga: Edições APPACDM

Conselho Nacional de Educação (CNE) (2007). Debate nacional sobre educação: relatório final. Lisboa: Ministério da Educação.

Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (2017).

Figueiredo, C. (2002). Horizontes da educação para a cidadania na educação básica. In Novas Áreas Curriculares. Lisboa: Ministério da Educação.

Fonseca, António Manuel (2001). Educar para a cidadania: motivações, princípios e metodologias. Porto: Porto Editora.

Fórum Educação para a Cidadania (2008).

Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (2017).

Cidadania pelas lentes do centro de informação europeia Jacques Delors



Cidadania... pelas lentes do CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPEIA JACQUES DELORS

“A cidadania corresponde a um vínculo jurídico entre o indivíduo e o respetivo Estado e traduz-se num conjunto de direitos e deveres. Este conceito expressa uma condição ideal baseada na perceção, quer do indivíduo, quer do coletivo, quanto aos seus direitos e obrigações. Cabe aos Estados determinar quem são os cidadãos a quem é possível atribuir a cidadania em função de dois critérios:

- **o da filiação ou “jus sanguinis”** – vindo da Grécia e de Roma
- **o do local de nascimento ou “jus soli”** – vindo da Idade Média, por influência dos laços feudais.

No caso de Portugal, a atribuição da nacionalidade originária tem por base o critério da consanguinidade ou filiação (ius sanguinis) e o critério do local de nascimento (ius soli).

A cidadania comporta diferentes dimensões:

- **civil** - direitos inerentes à liberdade individual, à liberdade de expressão e de pensamento, pelo direito de propriedade e de conclusão de contratos, bem como pelo direito à justiça.

- **Política** - direito de participação no exercício do poder político, como eleito ou eleitor no conjunto das instituições de autoridade política.

- **social e económica** - conjunto de direitos relativos ao bem-estar económico e social, desde a segurança social até ao direito de partilhar do nível de vida segundo os padrões prevalentes na sociedade.

O conceito de cidadania foi evoluindo ao longo dos tempos, acompanhando em cada momento as diferentes conceções de Estado e as diferentes formas de participação do indivíduo na vida social e política.

No mundo atual, participar num Estado é participar na vida jurídica e política que ele propicia e beneficiar da defesa e da promoção de direitos que ele concede – tanto na ordem interna como na relação com outros Estados. Num mundo em que se intensifica a circula-

ção das pessoas e em que, apesar de tudo, se afirma a liberdade individual, a pertença a uma comunidade política, sendo embora permanente, já não tem de ser perpétua como noutras épocas: o direito à cidadania é acompanhado, dentro de certos limites, do direito à escolha da cidadania.

Cidadania Europeia

“É cidadão da União qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro” (conforme artigo 9.º do Tratado da União Europeia e do artigo 20.º do Tratado sobre o Funcionamento da UE). A cidadania da União é complementar da cidadania nacional e não a substitui. A nacionalidade dos/as cidadãos/as dos Estados-Membros é inteiramente da competência desses Estados que estabelecem as condições de aquisição e perda da nacionalidade, ou seja, é regulada pelo Direito nacional. A cidadania da União não pode ser adquirida nem perdida sem a aquisição ou a perda da nacionalidade de um Estado-Membro. Representa, sobretudo, um novo estatuto decorrente do direito europeu.

A cidadania da União conferida aos

nacionais de todos os Estados-Membros destina-se a tornar o processo de integração europeia mais relevante para os cidadãos, incrementando a sua participação, reforçando a proteção dos seus direitos e promovendo a ideia de uma identidade europeia.

Através da cidadania europeia pretende-se estabelecer um vínculo direto entre os cidadãos dos Estados-Membros e a própria União Europeia, procurando construir, a esse nível, uma relação idêntica à existente entre os cidadãos e o seu Estado nacional. Desse modo reforça-se a legitimidade democrática da União (já dotada de um Parlamento eleito e com poderes alargados) e melhora-se a participação e interesse dos cidadãos no controlo democrático das atividades e decisões das instituições europeias.

Direitos dos/as cidadãos/ãs da UE

- Direito de circular e de permanecer em qualquer país da EU (viajar, estudar, trabalhar, residir)
- Direito de voto (nas eleições para o Parlamento Europeu e para as autarquias)
- Direito à proteção diplomática em países terceiros
- Direito à proteção e defesa enquanto consumidor
- Direito à transparência e a aceder aos documentos das Instituições Europeias
- Direito a comunicar na minha língua com as Instituições da UE
- Direito de apresentar uma Iniciativa de Cidadania Europeia

- Direito de petição (ao Parlamento Europeu)
- Direito de apresentar uma queixa à Comissão Europeia
- Direito de apresentar queixa ao Provedor de Justiça Europeu (nos casos de má administração das Instituições, agências ou órgãos europeus)
- Direito à Boa Administração”



In: <https://eurocid.mne.gov.pt/cidadania-europeia/cidadania-e-cidadania-europeia>

Brevemente...

XVI CONGRESSO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

«Educação e Cidades: Tempos, espaços, atores e culturas» é o tema do congresso, que decorrerá de 15 a 17 de setembro de 2022, a partir da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa.

Saiba mais em:
<https://congresso-spce.eventqualia.net/pt/2022/inicio/>



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA EDUCAÇÃO: «A EDUCAÇÃO COMO UM BEM PÚBLICO: POLÍTICAS, TENDÊNCIAS E CONTROVÉRSIAS»

De 12 a 14 de maio de 2022, em Braga e online.
Os/as associados/as da SPCE têm redução no valor da inscrição.

Saiba mais em:
<https://iv-cicse.eventqualia.net/pt/2022/inicio/>

IV ENCONTRO NACIONAL DE INICIATIVAS E ESCOLAS DE SEGUNDA OPORTUNIDADE

Divulgamos este encontro, que se realizará no dia 29 de abril.

Faça a sua inscrição em:
<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSengCw3kyod2O-bYHFmmtxwz64DAFdl-xmbRe9nIn8pTvBExg/viewform>



IV CONGRESO INTERNACIONAL DE ENGAGEMENT DE LOS ALUMNOS EN LA ESCUELA

Decorre até ao dia 30 de abril o prazo para submissão de propostas para este congresso internacional, que acontecerá de 19 a 22 de julho

Saiba mais em:
<https://cieae2022.uclm.es>

Sugestões de leitura

Educação, Cultura(s) e Cidadania

Autor: Emanuel Oliveira Medeiros
 Editora: Edições Afrontamento,
 abril de 2009

**Sinopse**

Este livro coletivo tem uma significação temática estruturante: Educação, Cultura(s) e Cidadania. Nos diferentes textos, os autores, de diversas áreas de especialidade, desenvolvem, em autoria ou em coautoria, temas e problemas da maior relevância para a compreensão da contemporaneidade, abrindo portas de sentido para uma dimensão cívica e interdisciplinar do conhecimento. A filosofia do currículo e a formação dos professores, num horizonte cultural

e cívico, a Escola, a sala de aula e as diversas áreas do saber são, entre outros, temas de reflexão tendo como chaves e campos de problematização a educação, a cultura e a cidadania, numa dimensão escolar e não escolar. No centro da reflexão e investigação está a pessoa, ainda e sempre.

A (Re) Ler

Cidadania e Desenvolvimento

Autores: João Luís e Teresa Vergueira
 Editora: Porto Editora, setembro de 2019

**Sinopse**

Este livro surge na sequência da implementação da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento entre as componentes do currículo. Deste modo, apresentamos um livro que facilita o estudo dos referenciais e a inclusão dos alunos.

Instrumento fundamental para aceder a termos, conteúdos e conceitos no âmbito dos 12 domínios definidos como obrigatórios no quadro da estratégia de educação para a cidadania de escola, neste livro foi adotada uma linguagem clara, cientificamente correta e acessível.

As figuras, quadros, mapas, gráficos e documentos encontram-se articulados com o texto, permitindo uma fácil compreensão dos assuntos em análise. São ainda propostos exercícios que visam a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

Trata-se de um livro prático e útil para a formação de melhores cidadãos.

Este livro contempla a exploração dos 12 domínios a trabalhar ao longo do 3.º ciclo.

- | | |
|--|--------------------------|
| 1. Direitos humanos | 11. Risco |
| 2. Igualdade de género | 12. Segurança rodoviária |
| 3. Interculturalidade | |
| 4. Desenvolvimento sustentável | |
| 5. Educação ambiental | |
| 6. Saúde | |
| 7. Sexualidade | |
| 8. Media | |
| 9. Instituições e participação democrática | |
| 10. Literacia financeira e educação para o consumo | |

Sugestão de leitura

Que Escola?

Autora: Maria Eduarda Vaz Moniz dos Santos
Edição: Alfarroba, junho de 2014

**Sinopse**

O livro completa uma ambiciosa trilogia da autora sobre a Educação/Cidadania/Escola, os dois primeiros estudos já publicados. A exemplo dos dois anteriores, este estudo visa “contribuir para um novo contrato socioeducativo”, sendo sua ambição “apresentar vias

educacionais que contribuam para consagrar acordos e consensos - pactos de sociabilidade - que ajudem a instituir mecanismos reguladores da aplicação dos direitos humanos”. É, pois, uma visão transformadora e de aposta nas gerações futuras.

Sugestão de leitura

Cidadania e Desenvolvimento
Propostas e Estratégias de Ação

Autores: Ariana Cosme e Rui Trindade
Edição: Porto Editora, julho de 2019

**Sinopse**

Este é um livro que pretende apoiar as escolas e os seus professores no processo de reflexão, tomada de decisão e desenvolvimento de iniciativas relacionadas com a componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, introduzida nas matrizes curriculares dos ensinos Básico e Secundário pelo Decreto-Lei n.º 55/2018.

Trata-se de uma obra que se encontra organizada em duas partes.

Na primeira identifica-se o enquadra-

mento jurídico da medida, faz-se uma breve abordagem histórica dos projetos de educação para a cidadania no sistema educativo português e discutem-se as opções educativas com que, hoje, nos confrontamos para implementar a componente de Cidadania e Desenvolvimento.

Na segunda parte propõe-se e reflete-se sobre a operacionalização dessa componente curricular, tendo em conta a necessidade de os agrupamentos e as escolas definirem uma estratégia de

ação que pode ser concretizada através de iniciativas de natureza transversal, da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento e de projetos relacionados com problemáticas preferenciais. Por isso, há um capítulo dedicado a cada uma das estratégias enunciadas, identificando-se alguns projetos e propondo-se outros que permitem partilhar ideias, decisões estratégicas, instrumentos de organização do trabalho, recursos e reflexões que possam inspirar e apoiar o trabalho concreto a realizar nas escolas por docentes e por estudantes.

Sugestão de leitura

Cidadania e Desenvolvimento Atividades para sala de aula

Autores: Graça Silva e Rui Cancela
Edição: Leya Educação, outubro de 2019



Sinopse

No âmbito da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, este livro apresenta um conjunto de atividade práticas para a sala de aula, para os 12 domínios obrigatórios da disciplina no 3º ciclo, e respetivas grelhas de avaliação, apoiando o trabalho a realizar por professores e alunos nas escolas.

Sugestão de leitura

Cidadania e Desenvolvimento Atividades para sala de aula

Autores: Marisa Costa, Paula Melo, Sandra Simões
Edição: Leya Educação, 2020



Sinopse

No âmbito da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, este livro, apresenta um conjunto de atividade práticas para a sala de aula, para os 12 domínios obrigatórios da disciplina no 1º ciclo, e respetivas grelhas de avaliação, apoiando o trabalho a realizar por professores e alunos nas escolas.

Esta obra contém um conjunto de propostas de natureza interdisciplinar organizadas segundo os diferentes domínios definidos na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e de

acordo de acordo com os referenciais da Direção-Geral de Educação. A abordagem das atividades privilegia ainda o desenvolvimento dos princípios, dos valores e das áreas de competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Conjunto de atividades para os 12 domínios obrigatórios e 2 domínios opcionais (bem estar animal e voluntariado) no 1º Ciclo.

Convergência com o Perfil dos Alunos e Aprendizagens Essenciais das disciplinas.